



A NECESSIDADE DE REVOGAR OS RETROCESSOS NA CLT IMPOSTOS APÓS O GOLPE DE 2016

ENTRE os retrocessos impostos à classe trabalhadora após o golpe de Estado de 2016, que conduziu o usurpador Michel Temer à Presidência, destaca-se a Lei 13.429, promulgada em março de 2017, que permite a terceirização generalizada da economia, estendendo-a às chamadas atividades-fim.

Sob as novas regras o uso deste artifício pelo empresariado cresceu sensivelmente. As estatísticas do IBGE indicam que o percentual de trabalhadoras e trabalhadores terceirizados subiu de 18,9% em 2017 para 25% em 2020.

Entre os argumentos dos advogados da terceirização encontramos a presunção de que isto resultaria na redução dos atritos entre capital e trabalho, dada a organização mais precária que caracteriza o emprego terceirizado. Consequentemente teríamos menos greves e interrupções da produção.

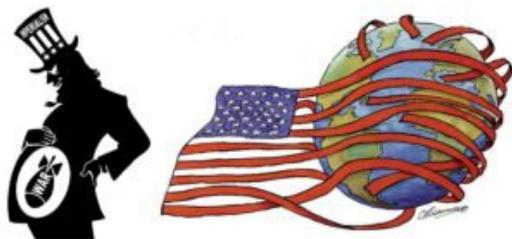
Isto, porém, não corresponde aos fatos. Estudo recente do Dieese indica que 56% das greves realizadas em 2022 e 56%, novamente, em 2023 envolveram ou trabalhadores terceirizados que atuam no serviço público ou trabalhadores que atuam em concessionárias privadas de serviços públicos (transporte coletivo, varrição e coleta de lixo). **Leia mais** <https://1nq.com/uMCtu>

FOTO DIVULGAÇÃO



Quando examinamos o caráter dessas paralisações transparece a superexploração da força de trabalho: 52% em 2022 e 59% em 2023 protestavam contra atrasos no pagamento dos salários e outras irregularidades trabalhistas. A qualidade dos serviços prestados nessas condições de desrespeito e insegurança evidentemente é impactada negativamente.

A DITADURA POUCO SUTIL DA BURGUESIA IMPERIALISTA NOS EUA



Quando Lula afirmou que o conceito de democracia é relativo ouviu-se um forte borburinho reacionário proveniente da mídia burguesa. Mas, o presidente brasileiro está coberto de razão. Tem toda razão também o corajoso papa Francisco quando disse que “o capitalismo é uma ditadura sutil”.

Sob o capitalismo, o sistema democrático é democrático apenas na forma, não na substância, no conteúdo real. A democracia é definida como um regime do povo para o povo, mas o que se vê no cotidiano das democracias burguesas é o exercício de uma ditadura em que prevalecem não os interesses e a vontade do povo, mas sim de uma minoria formada por grandes capitalistas, uma oligarquia burguesa que

constitui a classe dominante do sistema.

Em contraposição à retórica usada pelos imperialistas, esta verdade transparece nos fatos que conformam as formidáveis manifestações estudantis nos Estados Unidos contra o genocídio patrocinado pelos sionistas na Faixa de Gaza com a cumplicidade e o financiamento da Casa Branca.

Dezenas de campus universitários nos EUA foram ocupados nos protestos em defesa dos palestinos que estão sendo massacrados pelo Estado terrorista de Israel, que já matou mais de 34 mil, sendo cerca de 70% crianças e mulheres inocentes, desarmadas e indefesas.

A resposta do Estado autoproclamado “democrático” dos EUA ao movimento estudantil é uma brutal repressão, pela qual a democracia burguesa sofre uma visível metamorfose, transformando-se numa ditadura contra os que se opõem aos interesses da classe dominante, uma ditadura que no caso é muito pouco sutil.

Leia mais <https://l1nq.com/gPDWf>

Base do governo tratora audiência, barra população e ratifica privatização da Sabesp

Esta quinta (2) começou com muita luta, logo cedo, na Câmara de Vereadores e Vereadoras de São Paulo, para a participação na audiência pública de devolutiva do PL 163/2024. Além da população geral, estavam presentes na audiência os trabalhadores e trabalhadoras da Sabesp e destacaram seu repúdio com a proposta.

“Um absurdo, um crime contra a população e o direito universal de acesso à água. Uma sessão que comprova o modus operandi de parte dos vereadores e vereadoras de São Paulo que ratificaram a venda da Sabesp e abriu caminho para uma



situação de insegurança hídrica e risco de vida para a população, sobretudo a mais vulnerável”, resumiu o presidente do Sintaema, José Faggian, ao final da audiência pública, que realizou a devolutiva do processo de audiências que discutiu o PL 163/2024.

Para o Sindicato, a violência praticada hoje é reveladora do projeto liderado por Tarcísio de Freitas, que comanda um verdadeiro saque dos direitos sociais e do patrimônio do povo de São Paulo. **Leia mais** <https://l1nq.com/Oayw5>

Regular a internet é urgente, alerta ONU

Foto Divulgação



No Brasil, o debate sobre o Projeto de Lei das Fake News intensifica. A intenção é regular a internet e conter os abusos das grandes empresas de tecnologias (as chamadas big techs). A ONU alerta para a urgência de as nações ampliarem os debates no sentido de também regulamentar as plataformas digitais.

O risco não reside na restrição à liberdade de expressão, mas, sim, na perpetuação da autorregulação ilusória promovida pelas próprias empresas. Segundo a Organização, as plataformas não adotam medidas suficientes para conter os perigos informacionais que causam danos offline. Desta forma, é crucial estabelecer mecanismos de segurança que garantam a liberdade de expressão e privilegiem os fatos sobre as mentiras.

A defesa da regulação está alinhada com os compromissos de direitos humanos da ONU, que afirma que não se pode comprometer a liberdade de expressão ao enfrentar os perigos informativos. Se mostrando uma equação delicada.